

O processo de formação das estancias sul rio-grandenses: dos jesuítas aos luso-brasileiros (XVI-XIX)

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos¹

Universidade de Passo Fundo/ Rio Grande do Sul/ Brasil.
ORCID: 0000-0003-0732-3462

Artículo de reflexión derivado de investigación
Recibido: 20-09-2019- Aprobado: 22-10-2019

El proceso de la formación de las estancias sur rio-grandenses: de los jesuitas a los lusos-brasileños (XVI-XIX)

Resumen:

El presente trabajo pretende demostrar cómo ocurrió la formación de las estancias ganaderas que formaron el Estado de Rio Grande do Sul, así como mostrar su consolidación a través de las disputas territoriales entre las coronas ibéricas, que entre los siglos XVI y XIX se disputaron a este espacio junto con los jesuitas, quienes con sus reducciones mantuvieron la gran parte del Estado tal como lo conocemos hoy.

Palabras clave: Coronas Ibéricas, Jesuitas, Tratados, Estancias

The formation process of the Estancias Sur Rio Grande: from the Jesuits to the Luso-Brazilians (XVI-XIX)

Abstract:

The present work intends to demonstrate how the formation of the cattle ranches that formed the State of Rio Grande do Sul occurred, as well as to show its consolidation through the territorial disputes between the Iberian crowns, which between the 16th and 19th centuries disputed this space together with the Jesuits, who with their reductions maintained the great

¹ Graduada no curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa/ UNIPAMPA. Mestranda do programa de pós-graduação de história Universidade de Passo Fundo/ Rio Grande do Sul/ Brasil. Bolsista CAPES PROSUC II/ tiaracpds@gmail.co

part of the State as we know it today.

Keywords: Iberian Crowns, Jesuits, Treaties, Estancias

O processo de formação das estancias sul rio-grandenses: dos jesuítas aos luso-brasileiros (XVI-XIX)

Resumo:

O presente trabalho pretende demonstrar como que ocorreu formação das estancias ganadeiras que compuseram o estado do Rio Grande do Sul, tendo o objetivo mostrar a consolidação do mesmo através das disputas territoriais entre as coroas Ibéricas, que entre os séculos XVI-XIXm hostilizavam este espaço juntamente com os jesuítas, que com suas reduções detinham a grande parcela do estado como conhecemos hoje.

Palavras chaves: Coroas Ibéricas, Jesuítas, Tratados, Estâncias

Na constituição do atual estado do Rio Grande do Sul, transpõem elementos além dos tratados, que sempre estiveram em evidência quando coloca-se em questão a posse e o uso-fruto das terras, que é o gado e a estância, são estes fatores, que de modo geral influenciaram, na construção social, econômica e cultural deste espaço entre os séculos XVI e XVIII se perpetuando até o século XX com as novas formas de fazendas que se conhece na atualidade.

Para construir este trabalho foi necessário a percepção de questões, em que a história agrária está inserida, compreendendo os elementos que a compõem e articulando com os principais agentes, que aparecem no texto, a estância e o gado bovino, que estão inseridos no mundo rural.

A análise histórica deve, pois, contemplar os elementos que se associam a fim de que seja possível uma explicação inteligível do processo histórico na agricultura, colocando-se no tocante aqueles fatores, questões prévias o sistema socioeconômico em questão, as condições de acesso à terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra, o perfil demográfico, o universo profissional as hierarquias sociais.²

2 LINHARES, 1997 pág. 170

Desta maneira pode-se considerar que as estâncias missioneiras e as fazendas portuguesas juntamente com o gado, criando os primeiros núcleos de povoamento, e atraindo para estes novos espaços outros tipos de atividades econômicas, permitindo assim a formação de uma identidade cultural. Averiguando que estes aspectos possibilitaram a criação de uma história agrária deste período.

Tanto os espanhóis como portugueses e os povos originários³ no atual território sulino contribuíram com elementos que seriam primordiais, na construção, organização, administração e manejo do gado nas estâncias. Para desenvolver a historiografia das estâncias missioneira, há a necessidade de saber como que o gado bovino, foi introduzido nesta região, e o quão prospero foi a reprodução deste animal sobre as terras em que se reproduzia.

O gado bovino, introduzido na região da prata, se reproduziram rapidamente, e assim puderam os provinciais da época deslocar estes animais para o restante da província, transformando a paisagem e o modo de vida tanto dos povos originários quanto dos colonos espanhóis, jesuítas e mais tarde dos portugueses.

Anos mais tarde o gado vacum, foi trazido na Banda Oriental do Uruguai de duas maneiras. A primeira já citada que foi pelos irmãos Goes, onde o gado foi inserido no Paraguai, chegando nas redondezas da Argentina em 1573, avançando a banda oriental por volta de 1620.

A segunda forma foi pela redução do Tape⁴, a chegada dos Jesuítas na bacia do rio da Prata, além de implementar a catequização dos guaranis desenvolveram uma rede de povoados que se interligavam pelos rios. Reduções que ficavam nas proximidades do território atual do Rio Grande do Sul utilizavam a navegação do rio Uruguai para ligar os 30 povos missioneiros.

Entre 1626 a 1634 as reduções avançaram rapidamente sobre a margem direita do rio Uruguai, em direção a Banda Oriental. Devido muitas investidas luso-brasileiras, durante dois longos anos, para a captura de mão de obra indígena, as reduções foram abandonadas, e os animais se proliferando, dando

3 Cuando la conquista ó descubrimiento de estas provincias, poblaba las márgenes del Paraguay y Uruguay un número considerable de naciones: los Pampas, los Minuanes, los Chechehets, los Guanoas, los Chiloasas, los Yaros, los Caracarás y otras, ocupaban las dos riberas del Rio de la Plata : los Boanes, los Timbús y los Charrúas llenaban las del Rio Negro y Carcarañá : hacia la altura de Santa Fé, los JLules, los Tonocotes, los Abipones, los Mocobíes, los Diaguitas, los Humaguacas y Comechingones. En la provincia del Paraguay dominaba la numerosísima nación de los Guaranís y Cários, dividida en varias ramas, los Tapes, la nación de los Guayanás, los Guaycurús, los Payaguás, los Ibirayarás: en el Guayra y Paranapané existían los Tayaobas, los Cabelludos, los Camperos; y finalmente, hacia las cabeceras del Uruguay, los Tupís y Caribes. ANGELIS, 1836, pág. 6.

4 Segundo REICHEL; GUTFREIND, a primeira via de introdução do gado, por assunção no Praguai, e foi comandada pelos irmãos Gois, comerciantes da capitania de São Vicente, e a segunda pela Juan de Garay em frente a ilha de São Gabriel, Op. Cit., págs, 12-14.

origem a vacaria do mar mais ou menos meio século depois com a volta dos jesuítas a região.

Entre os anos de 1636 e 1638, ocorreu o abandono das reduções do Tape em virtude das investidas intensas dos Bandeirantes paulistas. O reflexo desses ataques foi conseqüentemente, também, o abandono do gado introduzido pelos Jesuítas nessas reduções e a dispersão do mesmo, o que ocasionou sua procriação livre e rápida⁵.

O processo de investida as reduções do tape só cessaram com a batalha de Mbororé, onde os Guaranis derrotaram os bandeirantes paulistas, mas permaneceram na banda ocidental do Uruguai, esperando longos anos para retornar a margem direita, com isto a banda oriental ficou à mercê de povos, não reduzidos ou como eram chamados pelos jesuítas “infiéis”, e os portugueses, por sua vez, não investiram precipitadamente neste território, mas não deixaram estes planejamentos esquecidos.

O plano de povoação luso-brasileira ao sul, foi astutamente, desenvolvido pela coroa portuguesa, agora além das bandeiras, as frentes de expansão com voluntários, começaram a fixar estancias, postos de guardas localizados ao litoral sul, aproveitando disso começaram a ampliar seu território rumo o Sul, a Colônia de Sacramento, como veremos mais a diante.

Os espanhóis, procurando deter o avanço português em direção ao sul, ordenaram a fundação de novas reduções na margem esquerda do Uruguai. Surgiram assim os Sete Povos, em lugar das do Tapê destruídas pelos bandeirantes a partir de 1638. Os Sete Povos estenderam suas estâncias ao sul do rio Jacuí até o rio Camaquã e do rio Ibicuí ao Queguai, em territórios que antes pertenciam aos índios infiéis. Ergueram capelas, casas de posteiros, mangueirões, casas de peões e capatazes. O gado que antes era livre e servia de alimentação aos pampeanos, agora pertencia às estâncias missionárias. Não adiantava os infiéis argumentares que estas terras pertenciam a seus avós, eram considerados como ladrão de gado pelos missionários⁶.

Os jesuítas retornaram ao território abandonado após 50 anos da batalha, de M’bororé, em 1680, o receio de que os portugueses, ocupassem seu território na banda Oriental, deixou os espanhóis receosos e isto levou a os jesuítas refundarem os ditos 7 povos missionários, que correspondem as seguintes reduções, São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, Santo Ângelo Custódio.

5 PANIAGUA, 2013, pág.33

6 FLORES, pág. 10, 1982

Os povos originários pertencentes a região Sul, que não aceitaram serem reduzidos entre eles Minuanos, Charruas e Yaros tinham o território como pertencentes a eles, e se alimentavam do gado que estava nestes campos, por consequência disto, estes povos muitas vezes se uniram com os portugueses, para atacar as estâncias jesuítas, tomando o gado que se concentrava, em grande quantidade solto nas vacarias do mar, levando-os e comercializando com os portugueses da colônia de Sacramento.

Nesta época ainda estava em validade o tratado de Tordesilhas, mas o território do Rio Grande do Sul, estava dividido em duas partes, os portugueses com o lado litorâneo e os espanhóis com a maior parte territorial, apesar dos acordos entre a coroa espanhola e a coroa portuguesa os bandeirantes tinham o conhecimento sobre os tratados e entendiam da cartografia, mas não os respeitavam, já os povos originários não tinham o conhecimento até porque o espaço ocupado por eles era um espaço cultural, de direito e não político determinado pelos acordos políticos entre as duas coroas.

Devido não ser respeitados estes tratados e as dificuldades que os portugueses tinham em manter a colônia do sacramento encravada dentro do espaço da coroa espanhola é que foi firmado em 1750 o tratado de Madri o que mudaria definitivamente os limites acordados pelo tratado de Tordesilhas, possibilitando assim a expansão do território português.

Na primeira metade do século XVIII, a ocupação lusitana não ultrapassou a planície costeira. Enquanto isso, os missionários ocupavam da bacia do rio Ijuí até a do Rio Pardo e estendiam os seus domínios para o sul até o norte da atual República Oriental do Uruguai. De 1680 a 1756, a fronteira entre os dois Impérios coloniais, em uma área que corresponde aproximadamente a três quintos do Rio Grande do Sul, esteve representada pelos Sete Povos, pelos povoados e pelas estâncias e ervais missionários⁷.

O tratado de Madri, assinado por ambas as coroas, viria para sanar alguns conflitos existentes, entre Portugal e Espanha, mas no estuário rio platense, esta convicção só agravou, as lutas e as disputas territoriais, pois o tratado dividiu em uma linha, a América meridional em dois lados, desta forma, os 7 povos pertenceriam em 1750, ao Brasil, e a colônia de Sacramento, pertenceria para a Espanha, devolvendo o livre acesso dos afluentes deste povo ao oceano Atlântico..

⁷ GOLIN, 2002. Pág. 48-49.

Em 1761 foi feito o Tratado de Rio Pardo⁸ depois, de 1756, da guerra guaraníca⁹, que foi resultado do tratado de Madri, que destituía os jesuítas e indígenas de suas reduções da Banda Oriental. Desta maneira, com o traslado dos povos guaranis, com a guerra guaraníca, o sistema reducional foi decaindo, os indígenas que permaneceram foram explorados, e junto a eles se misturaram os brancos que em pouco tempo tomaram suas terras.

A ocupação das missões pelos exércitos conjuntos da Espanha e Portugal, como decorrência do Tratado de Madri (1750), e a expulsão dos jesuítas (1767), desencadearam um rápido processo de desagregação da estrutura missioneira.¹⁰

Por mais que se tenha o tratado de 1761, como fronteira entre Portugal e Espanha, ele não teve grande impulso, pois em 1762, Portugal estava em Guerra com Castella, e isto de uma forma ou de outra anulava o tratado de 1750, colocando em vigor 1777 o tratado de Santo Idelfonso, assinado e confirmado pelo rei Carlos III, onde além da colônia de Sacramento, a Espanha ficaria com os Sete povos depois da expulsão dos Jesuítas.

8 ART. II

Logo que este tratado for ratificado, farão os sobreditos Sereníssimos Reis expedir cópias dele autênticas aos seus respectivos comissários e governadores nos limites da América, declarando-lhes por cancelado, cassado e anulado o referido tratado de limites, assinado em 13 de janeiro de 1750, com tôdas as convenções que dele e a êle se seguiram; e ordenando-lhes que, dando por nulas, e fazendo cessar tôdas as operações e atos respectivos à sua execução, deribem os monumentos ou padões que foram erigidos em consequência dela e evacuem imediatamente os terrenos que foram ocupados a título da mesma execução, ou com o motivo do referido tratado, demolindo as habitações, casas ou fortalezas, que em consideração do sobredito tratado abolido se houveram feito ou levantado por uma e outra Parte: e declarando-lhes que desde o mesmo dia da ratificação do presente tratado em diante só lhes ficarão servindo de regras para se dirigirem os outros tratados, pactos e convenções que haviam sido estipulados entre as duas Corôas antes do referido ano de 1750; porque todos e tôdas se acham instaurados e restituídos à sua primitiva e devida fôrça como se o referido tratado de 13 de janeiro de 1750 com os mais que dele se seguiram nunca houvessem existido (TRATADO ANULATÓRIO – PARDO 12 de Fevereiro de 1761) disponível em <http://info.lncc.br/pardo.html>

- 9 A parte mais polêmica do Tratado de Madri, a qual resultou na Guerra Guaranítica, circunscreveu-se às normas de troca entre a Colônia do Santíssimo Sacramento e os Sete Povos; o primeiro, um enclave português localizado no estuário do rio da Prata e fundado em 1680; o segundo, os Sete Povos, ocupando quase três quintos do atual estado do Rio Grande do Sul, com suas cidades, estâncias e ervais. Portugal abria mão da Colônia e da navegação na Baía do Prata, recebendo, em contrapartida, o território missioneiro. Desde o primeiro momento, ainda nas conversações entre os reinos, a Companhia de Jesus colocou-se abertamente contra a assinatura do Tratado nos aspectos referentes aos territórios indígenas. A morte do rei português, D. João V, ainda em 1750, atrasou os preparativos de sua execução, principalmente pela disputa política na formação do novo gabinete. Coroado D. José I, este substituiu o ministro Alexandre de Gusmão, o articulador do Tratado, por Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e que receberia, mais tarde, o título de marquês de Pombal. O novo ministro condenara a atuação da antiga diplomacia, principalmente no que tange à entrega da Colônia do Sacramento e, o mais grave, a franquia exclusiva da navegação no Rio da Prata à Espanha. GOLIN, 2011, pág. 03.

10 FREITAS, 1980, pág. 31

Balanceados os factores da decisão, parece que, no ambiente de má vontade contra a obra precursora de Alexandre de Gusmão, o elemento primacial foi a larga campanha dos Jesuítas, contra a cessão dos Sete Povos das Missões. Conquistaram a opinião de Carlos II I, pelo aspecto político e territorial do caso, e, quando este annuiu a novos convenios, em 1777 e 1778, essa foi a unica differença substancial entre as duas soluções: além da Colonia, ficaram as Missões em poder de Castella.

Victoria da tenacidade do proposito dos filhos de Santo Ignacio, pois nessa data já estava extincta a Companhia.

Sómente, mais uma vez se verificou o "sic vos, non vobis,". Novamente terra de Hespanha, os Sete Povos não tinham mais cohesão. Expulsos os Jesuítas, ingratião e *erro* politico de ambas as corôas na America do Sul, dispensaram-se os neophytos, e as regiões que occupavam se transformaram em bens vacantes, cousas abandonadas, pelo desaparecimento da direcção dos padres da Companhia, unico liame que prendia essas crianças grandes, que eram os Indios. ()¹¹

Com a destituição dos povos missioneiros, os guaranis reduzidos, estando habituados com o sistema jesuítico, já não vivem como seus antepassados, agora tendem a buscar novos meios de sobrevivência, aqueles que insistem em ficar na banda oriental, buscam abrigo nas estancias, como forma de sobrevivência.

A disputa por terras, evidenciando os tratados entre ambas as coroas, estes eram efetuados conforme as necessidades, e os avanços tanto de Portugal como da Espanha, tendo isto em evidencia, pode-se perceber que muitas vezes os tratados só existiam nos papeis, e os povos que permaneciam ali eram quem determinavam as divisas.

Desta maneira percebe-se que a disputa pelas terras e seus conflitos, gerados em meados dos séculos XVI até o século XVIII foram cruciais para determinar os territórios existentes, percebe-se que estas heranças construídas, tanto pelos povos originários quanto, pelos europeus, fundamentaram, a sociedade rural, do estado Rio-grandense que se conhece hoje.

Embora as discussões dos tratados não fosse o tema principal deste artigo e sim as estâncias de gado, procuramos de maneira muito simples trazer algumas discussões sobre os tratados afim de procurar refletir de como se deram as ocupações dos espaços pelos portugueses e espanhóis. As

11 CALAGEROS, 1998, p. 224. Optou-se pela utilização da grafia original do livro.

estâncias de gado, fossem elas pertencentes a província jesuítica do Paraguai ou dos portugueses, se tornaram em um espaço de disputa por estarem povoadas de gado, elemento este preponderante para o crescimento e desenvolvimento da economia impulsionando assim a disputa por terras em todo atual estado do Rio Grande do Sul

Desde a introdução do gado bovino no Paraguai pelos irmãos Goes como já citado a cima, até a sua incorporação a banda oriental do Uruguai, mostra que os derivados deste animal eram cobiçados, pelas coroas portuguesa e espanhola, colonos e os povos originários não reduzidos que se interessavam pelos próprios lucros independente dos interesses reais.

As estâncias missioneiras

A partir, do momento em que os jesuítas fundaram suas reduções, sentiram a necessidade de determinar um espaço, destinado a permanência do gado de cada redução, foi dentro desta perspectiva que criaram então as estâncias missioneiras das reduções.

A estancia era o lugar de criação de gado, com gente que realizava o rodeio e o aparte de animais doentes ou para a alimentação. Os limites das estancias eram os rios, arroios, banhados e matos. Os trechos abertos estavam vedados por valas com plantações de espinheiros ou cerca de árvores derrubadas¹².

As estâncias, eram separadas das reduções, tendo uma povoação destinada para cuidar do gado, contendo casas, capelas, e suas lavouras, assemelhando-se com estrutura de um vilarejo, estas estancias, continha estrutura, para amansar gado xucro, trazido das vacarias, e faziam a função de proteção para que este gado não fosse saqueado, pelos luso-brasileiros, e por indígenas não reduzidos.

O gado trazido para a banda Oriental foi se reproduzindo livremente pelos campos da pampa, e a partir de 1680 com o retorno dos guaranis e espanhóis para as reduções do lado oriental do rio Uruguai surgiram as chamadas vacarias que serviram de base para o retorno e crescimento das reduções.

12 FLORES, 1996, pág. 61.

Após 1680, os Guaranis e espanhóis, ao retornarem ao território missioneiro, foram deixando o gado espalhado por arroios e campos até a embocadura do rio Negro, pois muitas reses, debilitadas por esses deslocamentos, ficaram para trás. Desse lançamento de gado não intencional, surgiu a vacaria de São Gabriel. Foi um novo núcleo ganadeiro, originário da Vacaria do Mar, de reses que tinham servido de abastecimento para as tropas missioneiras e espanholas no cerco da colônia de Sacramento.¹³

As vacarias por mais que pertencesse a Espanha, foram utilizadas pelos portugueses, e também pelos povos que habitavam esta região, devido a esta busca pelo gado vacum, os conflitos entorno do gado era constante com o intuito de extrair o couro, o sebo e também a carne.

A partir do retorno dos jesuítas na segunda fase 1680, as reduções se toram um espaço amplo, com um grande quantitativo de guaranis e outros povos originários, transformando em centros de doutrinação da fé católica e em um espaço de desenvolvimento econômico que visava a manutenção da redução e o seu excedente utilizado para comercialização com outras reduções e também com a coroa espanhola

Por volta do século XVIII, a economia gerada na região se dava principalmente pelo gado bovino, “Cada Pueblo tenia su estancia é estancias, bien provistas do ganado de todas especies, todo al cargo del cura que administraba los bienes de comunidade.¹⁴”

As estâncias missioneiras situavam-se em lugares separados das reduções, muitas vezes a léguas dos povoados de origem, e tinham a necessidade de uma manutenção gradual, para o domínio do gado, que era arrebanhado, das vacarias. As estancias missioneiras além da função de arrebanhar e amansar o gado chimarrão, foram criadas pelos jesuítas com fins de proteger e procriar o gado, pois o constante ataque de outros povos e principalmente os portugueses, estavam ocasionando no extermínio do gado chimarrão. Nossa afirmação está focada na questão do gado, mas sabemos que a criação, das estâncias missioneiras também tinham como fim ocupar as terras da coroa espanhola com o fim de proteger suas fronteiras das invasões os portugueses.

Ainda conforme Paniagua: “A estância colonial missioneira, portanto, foi um estágio intermediário para a estância capitalista que se consolidou no séc. XIX.”¹⁵, a estância missioneira desenvolveu um

13 PANIAGUA, 2013, pág. 33-34

14 DE DOBLAS pág. 14.

15 2013, P.43.

papel importante de consolidação das reduções jesuíticas, pois tinham uma estrutura mesmo que pequena e simples era funcional, o suficiente para manter naquele espaço um quantitativo de povos originários, que aprenderam a técnica do manejo do gado com o espanhol, quanto a produtividade atendia as demandas dos povos e o excedente comercializado no âmbito dos povos e dos ofícios, ou seja, na área de abrangência missionária e em outras praças fora do espaço da província jesuítica do Paraguai.

A propriedade da terra era coletiva, bem como o produto oriundo do gado (carne couro, graxa, chifre e o gado em pé), pertencia a comunidade. O produto da estância devia, em primeiro lugar, atender às *necessidade básicas dos guarani-missionário, após, o excedente era comercializado nos mercados da zona do Prata e o lucro revertia à comunidade. As atividades econômicas da estância eram exercidas dentro da categoria de trabalho do índio reduzido, ou seja, trabalho livre, porém sob o dirigismo jesuítico. não havia trabalho escravo, nem encomendado, na estância*¹⁶.

O couro também era muito valorizado entre o século XVII e XVIII, a caça predatória do animal para a extração desta matéria prima ocorreu em massa, tanto em território português quanto em espanhol, o gado era abatido em grande quantidade, extraído muitas vezes apenas o couro e os ossos, a carne por sua vez ficava espalhada pelo campo.

Desde o início as estâncias apresentavam traços e se caracterizavam de forma em concentração de capital, mas conceituando as primeiras estancias, de cunho missionária suas administrações e seus propósitos, se mesclavam entre a subsistência, dos povoados que estavam em formação nestes locais, com a exportação dos excedentes, para outros povoados, e para a Coroa espanhola.

Terras portuguesas

Em 1526, o longo da costa atlântica, até o estuário do rio da prata já havia indícios de povoação espanhola, pois o território era desta coroa por direito, segundo o tratado de Tordesilhas assinado por ambas as coroas, após a morte de Juan de Soles capitão da primeira investida a o território da costa Sul, os portugueses avançaram a estas terras não respeitando limites.

16 QUEVEDO, 2000, p. 140- 141

As investidas dos portugueses não cessaram em povoar toda a costa brasileira, com o passar dos anos invadiram o interior do território espanhol, causando muitos conflitos, com os povos que já estavam estabelecidos, como era o caso das reduções, onde em 1640, venceram estes bandeirantes portugueses na batalha de M'bororé.

Em 1680, os portugueses, fundaram a Colônia de Sacramento, está por sua vez, segundo, D, Nicolas de Arredondo contido em um dos Capítulos da coleção de Angelis.

Sin contar con diferentes atentados que cometieron después de establecida la paz, el hecho solo de haber poblado en la banda septentrional de este río, el año de 1680, la Colonia del Sacramento, da á conocer claramente que punto se dirigían las injustas miras de los Portugueses. La posición de un establecimiento extranjero en frente, y con tanta inmediatez á esta capital, dio mérito al Gobernador D. Pedro Garro para desalojar á los Portugueses de la injusta posición de esta colonia: bien que, antes de llegar á este extremo, apuró todos los recursos que le dictó su prudencia para hacer comprender á D. Manuel Lobo, fundador y comandante del nuevo establecimiento, toda la injusticia y malas resultas de esta usurpación¹⁷.

Como já mencionado os Portugueses mantinham suas posses de terras, na parte da banda Oriental do Uruguai, sendo estes territórios próximos ao litoral Sul, mas também mantinha a Colônia de Sacramento, que se localizava, dentro de território de domínio espanhol.

A colônia era de fundamental importância, para o comércio português, através dela procurava-se ter acesso ao estuário do Rio da Prata. A colônia do Sacramento serviu muito como ponto de comercialização dos portugueses com os espanhóis e outros povos de gado, capturado das estâncias missioneiras ou de territórios que a coroa espanhola detinha como sua a partir dos tratados.

Devido as possibilidades de aberturas de novos comércios, os portugueses de maneira astuta, progrediam lentamente, violando limites, acordados pelas coroas, tentavam cada vez mais a aproximação com a colônia de Sacramento, avançando território espanhol a dentro, e de forma lenta distribuíam estâncias, para seus semelhantes, em terras que não os pertenciam.

O início da conquista ocorreu no período de 1701-1725, quando os luso-brasileiros desenvolveram uma sondagem lenta e gradual da terra, observando suas possibilidades e problemas, muito bem expresso nas crônicas dos que percorriam o território entre a Colônia do S. Sacramento e Laguna – SC. Com a “Tropa de João de Magalhães” foram incorporadas

¹⁷ DE ANGELIS, 1836, pág. 05.

às terras litorâneas, sendo que a doação das primeiras sesmarias, em 1733, inseriu o Rio Grande no colonialismo luso, transformando a região em domínio Português.¹⁸

As doações das primeiras sesmarias pela coroa portuguesa em território espanhol definido pelo tratado de Tordesilhas, aconteceu a partir de 1723 no atual estado do Rio Grande do Sul, com o intuito de avançar em direção a colônia do sacramento, estas doações de sesmarias eram chanceladas pela coroa portuguesa com apoio da igreja católica. Segundo Pedro de Angelis (1836 p.11) cujo o nome das estâncias eram: 1. Guardia del Yermal. 2. Manuel Rodriguez. 3. Manuel Amaro. 4. Gerónimo Muñiz. 5. La del Teniente Coronel. 6. La de los Madrugas. 7. Manuel Garcia. 8. Juan Bautista.

Nesta época os sesmeiros tinham o direito de usufruir das terras, mas não tinham, o direito de possuí-las, e isto tirava o poder do proprietário sesmeiro, de qualquer tipo de venda ou de arrendar terras para terceiros, pois estas pertenciam a coroa portuguesas, e de certa forma a igreja entendia como serem terras emprestadas de Deus.

Segundo Helen Osório em seu trabalho de analisar as doações das sesmarias, no estado do Rio Grande do Sul, as sesmarias, não foram abundantes na capitania de rio grande, deixando a entender que este sistema de doação não foi suficiente para povoar as áreas de terras livres rio-grandenses.

Ao contrário do que é veiculado por uma certa historiografia, que afirma ter sido as sesmarias concedidas a militares a principal forma de ocupação de terras, criando uma espécie de “mito fundador” dos direitos de propriedade e de uma determinada estrutura fundiária, verificamos que a distribuição de sesmarias não foi abundante na fronteira meridional, se comparada a outras capitanias da América portuguesa: aproximadamente mil seiscentas e cinquenta para o período de 1738 a 1823.¹⁹

Estas poucas sesmarias²⁰ eram concedidas, a os integrantes do exército luso-brasileiro, permitindo assim que estes tivessem extensões territoriais, cultivando, e criando o gado nestas vastas extensões, tornando-as produtiva, a fim de defende-las.

18 QUEVEDO, 2000, pág. 147.

19 OSÓRIO, 2013, pág. 02.

20 Legislação de sesmarias representava, em Portugal, uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos que se acentuavam a medida que se decompunham a economia feudal, na razão do crescimento das atividades dos centros urbanos. Era, em suma interferência na propriedade agrária, uma tímida restrição ao Direito Feudal, embora, bem se possa avaliar, muito difícil de ser praticada. (...) As leis cominavam penas aos proprietários que não mantivessem suas terras A cultivadas. Advertidos, se não voltassem a produzir dentro de um certo tempo (6 meses, um ano ou dois anos) perderiam por completo o domínio sobre suas terras, as quais passariam a pertencer a quem as cultivasse. GUIMARÃES, 1989, págs. 43-44.

A “expansão” luso-brasileira não foi progressiva, a exemplo de uma “onda”, como o termo pode sugerir, mas através de pontos equidistantes de ocupação, intermediados por enormes áreas territoriais entre estes enclaves. Neles operavam chefes de bandos e o movimento espontâneo, além dos funcionários do estado que também se fixavam como proprietários de terras.²¹

Como Tau Golin nos mostra, as lacunas de posses territoriais entre uma estância, e outra, eram de léguas de espaço, e nem todos os proprietários cumpriam com as cláusulas estipuladas pelo documento de posse das sesmarias que a principal era o seu cultivo. O posseiro se instalava nas terras e logo as lavravam, obedecendo os requisitos de usufruir da terra, mas devido as concessões serem dadas, pelo governador, que tinha ligação direta com a coroa portuguesa, o indivíduo não possuía a carta que concederia para usufruir desta, tornando este lograr, de forma ilegal, mas por outro lado, ele estava cumprindo com os acordos das sesmarias. Assim a coroa, aceitou as condições dos posseiros, desta forma delimitando, os poderes, dos daqueles que possuíam as cartas de sesmarias, estes de certa forma, tinham um poder sobre as terras deliberadas.

Assim Marcia Maria Mendes Motta, traz que o processo de sesmarias, implementado no Brasil vinha para afirmar o processo de colonização, e mais tarde a regularização dos posseiros, vinha para limitar os poderes dos sesmeiros afirmando, que quem possuía o poder era o Império.

Com isso, segundo alguns autores, o costume da posse passou a ter aceitação jurídica, consolidando a tendência de reconhecer, no texto da lei, a existência daquele que ocupava a terra, já que ao vários decretos, resoluções e alvarás sobre as sesmarias não deixavam, de uma forma ou de outra, de salvaguardar o interesse daquele que efetivamente cultivava a terra.²²

A regularização das terras por parte de uso-fruto da mesma, reforça a ideia de que os costumes regulamentam as leis. Desta maneira pela lei Pombalina, que reforçava os direitos dos posseiros, os luso-brasileiros, concretizavam paulatinamente o seu acesso à terra nas redomas do Sul brasileiro.

21 GOLIN, 2002, pág. 69.

22 MOTTA, pág. 123.

Por mais que este avanço fosse gradual, a preocupação por parte dos espanhóis para evitar mais o avanço dos portugueses a seus territórios fizeram com que os espanhóis criassem três fortes, são eles Santo Antônio, San José, Santa Rosa, próximos as demarcações portuguesas, com o intuito de evitar o avanço. Pois a inquietação, não era apenas o avanço territorial, e sim o comprometimento com a economia colonial espanhola.

Estas guardas que se situavam nas proximidades da atual, República Oriental do Uruguai, tinha por finalidade além de bloquear a expansão dos portugueses era de evitar os saques e contrabando em suas demarcações territoriais, onde era mais propenso, a ataques de bandoleiros, charruas e minuanos juntamente com portugueses. Este sistema controlou, mas não impediu os lusos de expandir seu território em concessões de sesmarias, e em fazendas e estâncias, por posse.

O caso das sesmarias no atual estado do Rio Grande do Sul, vem a mostrar consequências, que se alastram até os dias atuais pois muitos donos de sesmarias se aproveitavam de suas proximidades, com o governador da capitania e acabavam por ter 3 ou 4 vezes mais terras que a permitia, e este abuso permeou, como pode se observar a os ofícios enviados ao governador da capitania em meados do século XIX.

O abuso que há nesta capitania de terem alguns moradores tomando três, quatro sesmarias com dez, doze e mais léguas de terras, é prejudicialíssimo não só a S.A.R mas a os povos em geral; ao mesmo tempo que há famílias que não possuem um palmo, e tudo isto com falsos enganos feitos a S.A.R., e aos seus delegados. Um homem que tinha a proteção tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome de seu filho mais velho, outras em nome da filha e filho que ainda estavam no berço, e deste modo há casa de quatro e mais sesmarias: este pernicioso abuso parece se deveria evitar.²³

As distribuições de terras por parte dos portugueses, se dá pela criação de gado solto nos campos pois quanto maiores as suas terras, maior o espaço para o animal se reproduzir, assim se dá um diferencial dos Posseiros, que, por mais que existissem cabeças de gado em suas posses, eles tornavam a terra produtiva, não dependendo de apenas uma cultura, e assim ocupando a maior parte do território.

23 MAGALHÃES, 1808, pág. 84.

Conclusão

Os portugueses já em 1800 já estavam ocupando grande parte do território sul rio-grandense, muitos proprietários de fazenda já estavam incorporados as atividades ganadeiras, a o modo luso-brasileiro. E pode-se dizer um fator que consolidou, o estado em posses Portuguesas, foi a incorporação dos Sete Povos missioneiros ao território brasileiro, pelo então tratado de Badajós²⁴,

O governo do Rio grande de São Pedro, tenente-geral Sebastião Xavier da Veiga Cabral, antecipou-se ao vice-rei do Rio da Prata e obteve capitulação das tropas espanholas concentradas em Cerro Largo. No entanto, o fato marcante dessa época foi a conquista das Missões Orientais, hoje em dia uma das mais prosperas regiões do sul do Brasil, por um bando de aventureiros, em que se mesclavam desde contraventores das mais variadas espécies até fazendeiros abonados, cujos nomes fizeram história.²⁵

Assim as sesmarias, como o processo de usufruto das terras, as estâncias tornaram-se o primeiro modelo, de sistema patrão e empregado salariado, em mediações do Rio Grande de São Pedro, este sistema aristocrata de uso da terra se perpassou a gerações, tanto o modo de trabalho quanto a lucratividade, estavam entranhada tanto nas estâncias colônias se alastrando para os grandes latifúndios que conhecemos hoje.

Sendo assim, as formas de propriedades, latifundiária, existente hoje no estado do Rio grande do Sul, são frutos de um processo que perpassa desde os meados do século XVI, quando os jesuítas, começaram o processo de redução nas margens do rio Uruguai, com o desempenho, civilizatório dos 30 povos missioneiros guaranis.

No século XVII então os conflitos gerados entre os jesuítas e bandeirantes, no processo de captura de mão de obra indígena, e com isso o interesse por terras que não os pertenciam, e mais tarde

24 A dominação portuguesa só foi possível em razão da vontade dos indígenas de se submeterem à Coroa portuguesa, ou melhor, à indiferença desses diante do acontecido, excetuando-se algum caso mais específico, pois não houve qualquer reação contrária. A partir de então, houve vários confrontos entre portugueses e espanhóis para manterem sua soberania sobre tal território. No entanto, no final de novembro de 1801, os luso-brasileiros deram um aviso ao vice-rei de Buenos Aires, marquês de Sobremonte, afirmando terem recebido notícias do Tratado de Paz de Badajós, no qual se assegurariam as possessões e cessaria o fogo. Mais tarde, Sobremonte receberia determinações de Buenos Aires confirmando tal ação. É importante salientar que, no Tratado de Paz de Badajós, não se comentara em parte alguma sobre as questões referentes à América Meridional, e, sim, sobre as fronteiras luso-espanholas na Europa. As fronteiras luso-brasileiras e hispano-platinas, como a divisa com o Uruguai, só começaram a ser definidas com os tratados de limites de 1851 (COLVERO, 2004, págs. 34-35).

25 MOREIRA, 2002, pág. 27.

alojando-se em territórios espanhóis, como é o caso da colônia de Sacramento, foi só o começo da colonização, luso-brasileira, no território.

Tratando-se de terras da banda Oriental do rio Uruguai, como pode-se perceber, um dos principais fatores que despertaram o interesse, por terras, e lucratividade, em meados dos séculos XVII, XVIII, era o gado bovino, os derivados, (couro, gordura, e mais tarde o charque), tinham um alcance comercial, vantajoso ao comparar com outros produtos da época. Ocasionalmente assim vários conflitos, por saques indevidos em estâncias e animais alheios.

Desta maneira os portugueses, para ter acesso a terras próximas a colônia de sacramento, então começaram a invadir o território e doar sesmarias, e através destas sesmarias, que outro indivíduo se agrega a este território, e o caso do posseiro, que tem acesso à terra através do usufruto da mesma.

Percebe-se vários processos, e fatores que consolidaram as formas de estâncias e fazendas que tem-se no estado do rio grande do sul, por isso a herança colonial se torna um fardo para a sociedade brasileira e sul rio-grandense, onde as grandes concentrações de terras, nas mãos de poucos, desde a colônia, e não muito diferente dos grandes latifundiários dos dias atuais, onde este processo de ocupação de terras tornou-se ganancioso.

Referências

CALÓGERAS, J. Pandiá, 1870-1934. A política exterior do Império / J. Pandiá Calógeras; introdução, João Hennes Pereira de

COLVERO, Ronaldo. B. Negócios na Madrugada, UPF, Passo Fundo. 2004.

DAL BOSCO, Setembrino. Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul/ Porto Alegre: FCM Editora, 2015.

DE ANGELIS, Pedro, Apuntes históricos sobre la demarcacion de la Banda Oriental y el Brasil/ primera edicion, Buenos Aires, imprenta del estado 1836.

_____ Informe del virey, D. Nicolas de arredondo a sú sucessor D. Pedro melo de Portugal y Villena

sobre el estado de la cuestion de limites entre las cortes de Espanha Y Portugal, em 1795. Buenos Aires 1836.

DÉCIO, Freitas. O capitalismo pastoril. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

DE DOBLAS, Gonzalo. Memória histórica geográfica, politica y econômica sobre la província de misiones de índios guaranis. Buenos Aires, 1836. .

FLORES, Moacyr. Colonialismo e Missões Jesuítas. Porto Alegre, 3ªed, 1996.

GOLIN, Tau, A fronteira/ Luiz Carlos Golin. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau. A província Jesuítica do Paraguai, a guerra guaraníca e a destruição do espaço jesuítico -missioneiro. Bicentenário de la independencia nacional 1811-2011. República do Paraguai 2011.

GIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio ed. Rio de Janeiro paz e Terra 1989.

LINHARES, Maria Yedda, História Agrária. Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MAEDER, J.A. Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaranis: Argentina, Paraguay y Brasil= Atlas territorial e urbano das missões jesuíticas dos guaranis: Argentina Paraguai e Brasil/ Ernesto J.A Maeder; Ramon Gutierrez; coed de la ed., Instituto Andaluz de patrimônio histórico; colabora, Instituto do Patrimônio artístico Nacional do Brasil(IPHAN) – Sevilla: Cinsejeria de Cultura, 2009.

MAGALÃES, Manoel Antônio de. Almanack da vila de Porto Alegre, 1808. In. DÉCIO, Freitas. O capitalismo pastoril. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

MOREIRA, Earle Macarty. Construindo espaço, demarcando Fronteiras. In RS: 200 anos definindo espaços na história nacional/ organizado por Anna Luiza Seti Reckzigel, Loiva Otero Felix. - Passo Fundo: UPF. 2002.

MOTTA, Marcia Maria Mendes. Nas fronteiras do Poder: conflito de terras e direito à terra no Brasil do século XIX/ Rio de janeiro: Vício de Leitura Arquivo Publico do Estado do Rio de Janeiro. 1998.

OSÓRIO, Helen, Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso: XIV congresso Internacional de história agraria/ Badajós 7-9 novembro de 2013.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. Fronteiras, violência e criminalidade, na região platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864), Alegrete- RS. Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

QUEVEDO, Júlio, Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata/ Júlio Quevedo. – Bauru, SP. EDUSC, 2000.

TOMPSON, E.P. Costumes em comum/ E.P. tompson, revisão técnica, António Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes.- São Paulo Companhia das letras, 1998.

VELLINHO, Moises. Fronteira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. URGs. Porto Alegre. 1975.